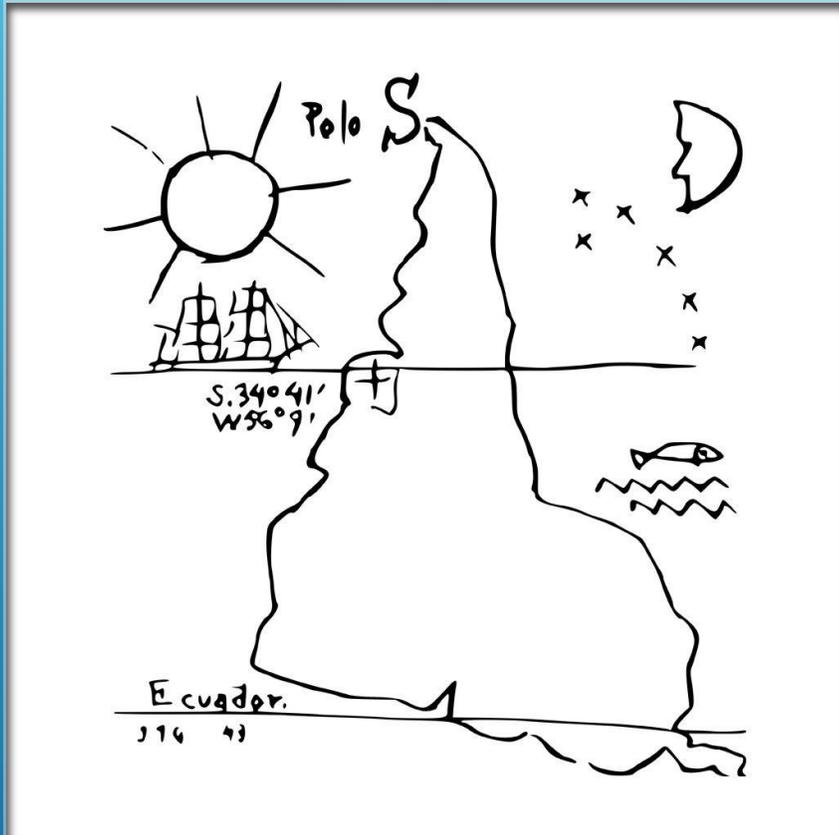


LIBERDADE RELIGIOSA

Análise dos
relatórios de
liberdade religiosa
e suas tendências
na América Latina



AMÉRICA DO SUL

ARGENTINA

- ▶ Disposições legais em relação à liberdade religiosa

Localização

América do Sul

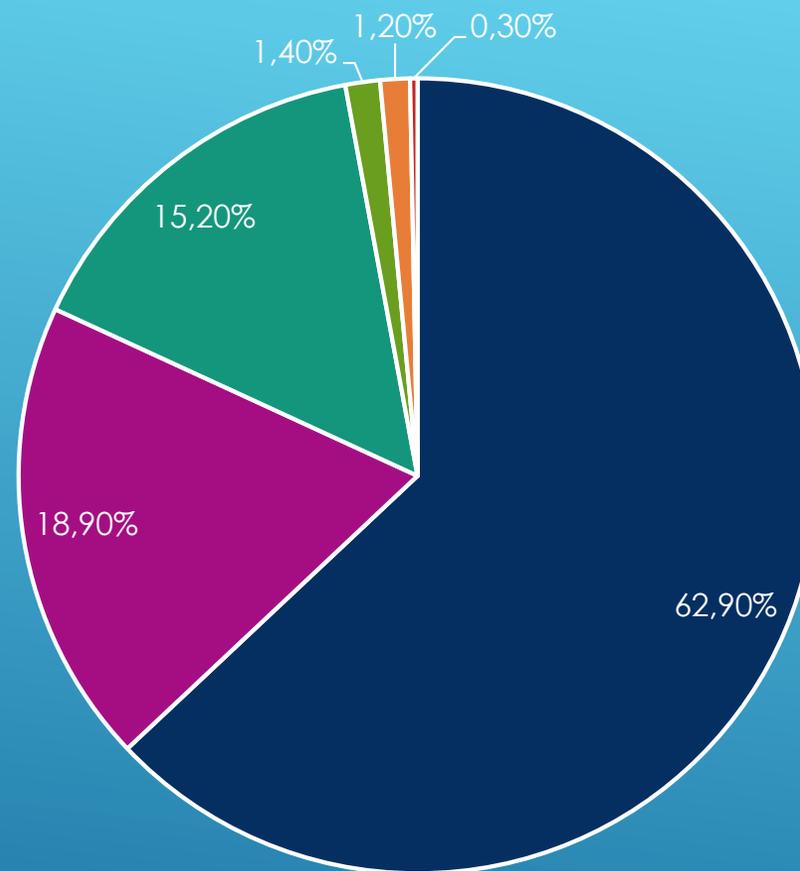


População:
44.938.712

Circunscrições
eclesiásticas:
71

Refugiados:
3.604

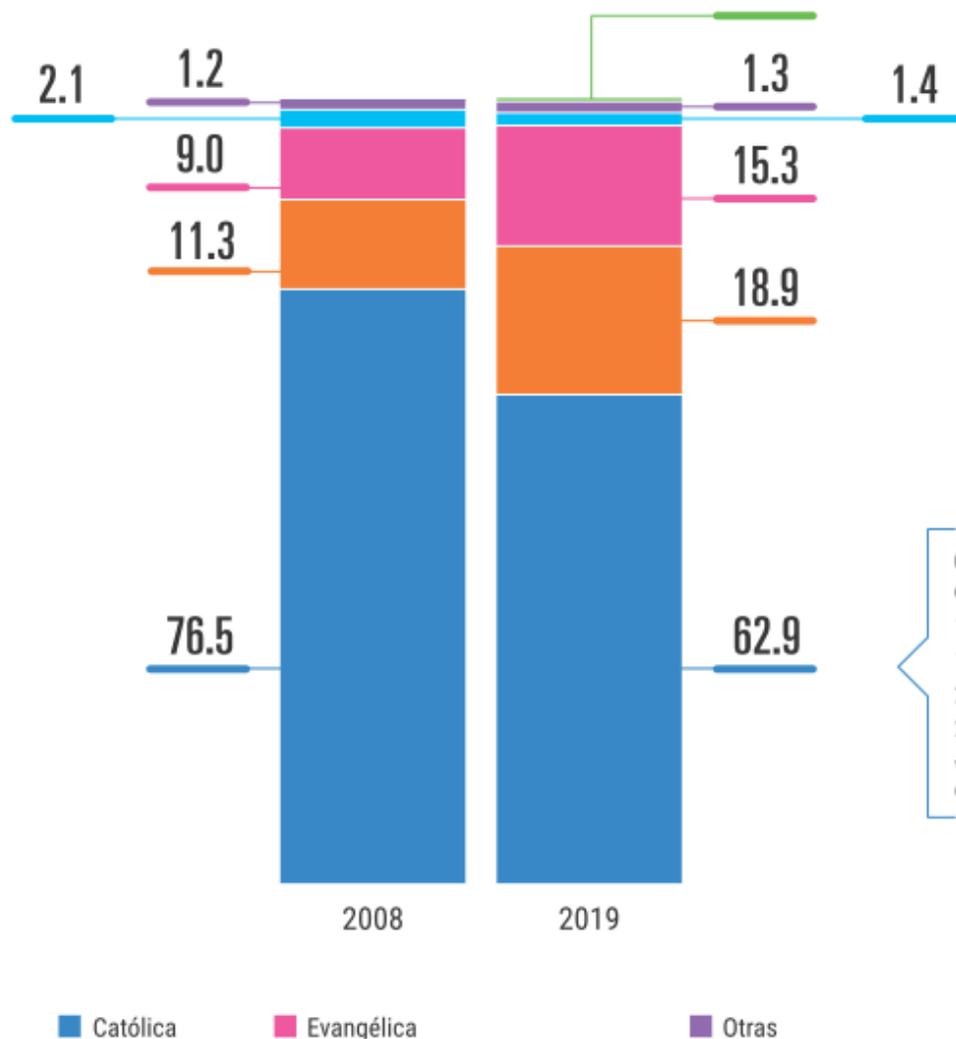
Religião na Argentina



■ Católicos ■ Sem religião ■ Protestantes ■ Testemunhos de Jeová ■ Outras religiões ■ NC/NR

Fontes: Segunda Encuesta Nacional Sobre Creencias y Actitudes Religiosas en Argentina 2019
Instituto Nacional de Estadística y Censos. Estimaciones y proyecciones de población 2010-2040.

FILIAÇÃO RELIGIOSA



▶ Entre 2008 e 2019 o catolicismo diminuiu, mas ainda conserva uma maioria (62,9%).

▶ Sem religião (18,9%) e evangélicos (15,3%) estão em crescimento.

Fontes: Segunda Encuesta Nacional Sobre Creencias y Actitudes Religiosas en Argentina 2019
Instituto Nacional de Estadística y Censos.
Estimaciones y proyecciones de población 2010-2040.

▶ A Constituição da Argentina: Governo federal apoia a fé católica romana.

▶ Embora a liberdade de prática das religiões seja garantida, ela é marcada por uma desigualdade, já que a Igreja Católica tem um estatuto privilegiado.

▶ O artigo 2 do texto constitucional estabelece que o Estado apoia a Igreja Católica

▶ Estado argentino concede um subsídio mensal aos bispos (Lei n.º 21.950, de 1979) e padres de fronteira (Lei n.º 22.162, sancionada em 1980)

▶ A liberdade religiosa está presente desde a fundação do Estado nacional, mas não é ratificada por nenhuma lei específica.

▶ Existem leis esparsas sobre o exercício deste direito básico. Por exemplo, a Resolução 1323 do Ministério da Educação isenta os jovens adventistas de irem à escola ou fazerem trabalhos de casa desde o pôr-do-sol de sexta-feira até ao pôr-do-sol de domingo. Igualmente, a Lei n.º 24.541 autoriza dias de dispensa do trabalho para todos os cidadãos judaicos e a Lei n.º 24.575 concede direitos semelhantes aos Muçulmanos.

▶ O registro das organizações religiosas para além da Igreja Católica é regulamentado pela Lei n.º 21.745.

EPISÓDIOS DE DISCRIMINAÇÃO RELIGIOSA NA ARGENTINA

- ▶ Conforme relatórios do Instituto Nacional contra a Discriminação 22% dos comentários discriminatórios em diferentes plataformas de mídia social são por motivos religiosos
- ▶ Um dos grupos religiosos que sofreram mais fortemente discriminação na Argentina é a comunidade judaica.
- ▶ As organizações comunitárias fazem um acompanhamento sistemático dos fatos de discriminação e destacam a particular aversão aos judeus durante a última ditadura militar (1976-1983):
 - ▶ nos campos de concentração da ditadura, os centros clandestinos de detenção, os judeus eram perseguidos por sua condição religiosa.

▶A comunidade islâmica também tem sido objeto de discriminação na mídia, por meio da associação entre a pertença religiosa e comunitária ao islamismo e uma atividade criminosa transnacional, o terrorismo.

▶A partir dos anos 1990 – quando ocorreram atentados contra a embaixada de Israel, em 1992, e contra a Associação Mutual Israelita Argentina (Amia), em 1994, em Buenos Aires, e certos meios de comunicação de massa emitiram opiniões islamofóbicas –, membros da comunidade islâmica entraram na esfera pública da mídia para desmontar a associação entre árabe, muçulmano e terrorista (MONTENEGRO, 2014).

ACONTECIMENTOS RECENTES

▶ Os Muçulmanos e os Judeus na Argentina disseram que tinham esperança num diálogo fecundo com o novo Papa. Em Março de 2013, após o anúncio da sua eleição, houve inúmeras declarações que apontaram neste sentido.;

▶ Em Março de 2013, manifestantes ocuparam a Catedral de Buenos Aires em protesto contra o fato de o Governo local continuar a subsidiar a educação privada, que é clara e majoritariamente de natureza confessional. O Conselho Argentino para a Liberdade Religiosa condenou a manifestação, afirmando que ela revelava desrespeito pelo lugar sagrado;

▶ Em Setembro de 2013, a Lei n.º 26.891 foi aprovada, reconhecendo a vila de Jujuy como a capital nacional de Pacha Mama e instituindo o dia 1 de Agosto como a data da celebração do festival anual nacional de Pacha Mama;

- ▶ 2018: Debates públicos e implicações para a convivência inter-religiosa: o caso da discussão da lei do aborto legal, seguro e gratuito na Argentina
- ▶ O debate público foi um momento de conflito social discursivo ligado a questões religiosas e não religiosas. Embora tenham acontecido alguns episódios de agressão a pessoas que usavam o lenço verde, símbolo da legalização do aborto, ou o lenço azul-celeste, símbolo da luta contra a descriminalização, os atos de violência foram isolados.
- ▶ Neste ponto, é muito importante perguntar-nos: devemos enquadrar esse conflito exclusivamente no âmbito religioso?

VENEZUELA

- ▶ Disposições legais em relação à liberdade religiosa

Localização

América do Sul

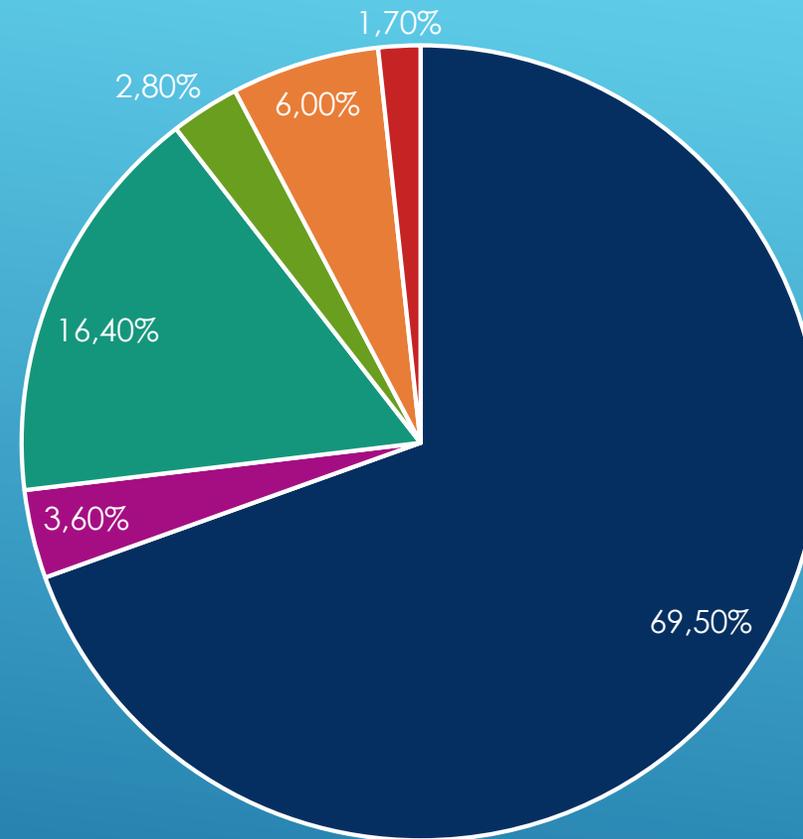


População:
31.028.337

Circunscrições
eclesiásticas:
39

Refugiados:
204.340

Religião na Venezuela



□ Católicos ■ Sem religião □ Protestantes ■ Santería ■ Outras religiões ■ NC/NR

Fontes: ONU 2016
Latinobarómetro 2018.

►A Constituição estabelece que o Estado garante a liberdade religiosa e de culto. Além disso, cada pessoa tem o direito de professar a sua fé e credo religioso, e de manifestar as suas crenças em privado ou em público, através do ensino e de outras práticas, desde que isso não contradiga a moralidade e a ordem pública. A Constituição afirma que cada pessoa tem direito à liberdade de consciência e o direito de a manifestar. No entanto, um indivíduo não pode invocar o direito à objecção de consciência para evitar o cumprimento da lei ou para impedir outros de exercerem os seus direitos.

► A Lei da Liberdade de Culto afirma que «a liberdade religiosa é uma parte essencial das liberdades civis, que a própria Constituição garante ao povo Venezuelano e aos estrangeiros que venham morar na República.»

► As relações com a Igreja Católica são governadas pela Concordata de 1964 assinada entre o Governo e a Santa Sé. Este documento forma a base para os subsídios à Igreja Católica. Os grupos religiosos devem registrar-se junto da Direção de Justiça e Religião do Ministério do Interior para adquirirem estatuto legal. A direção é também responsável por atribuir fundos às organizações religiosas e por promover a consciência e o entendimento entre as comunidades religiosas.

AÇÕES GOVERNAMENTAIS E OUTROS INCIDENTES DURANTE O PERÍODO EM ANÁLISE

►No seguimento das grandes cheias no ano de 2011, a população local que ficou desalojada ocupou capelas mórmones e escolas nas vilas de Ocumare del Tuy e La Grita, a sul da capital, Caracas. Isto foi feito sem autorização dos Mórmones, mas com o apoio do Governo. Em Outubro de 2012, após a profanação de uma sinagoga judaica em Caracas, em 2009, uma sétima pessoa envolvida no incidente foi condenada a uma pena de prisão. Outros quatro arguidos permaneceram em julgamento. O ataque ocorreu depois de o presidente Hugo Chávez ter cortado relações diplomáticas com Israel na sequência da ofensiva militar israelita em Gaza.;

►No seu relatório de 2013, a Comissão Norte-Americana para a Liberdade Religiosa Internacional (USCIRF) expressou preocupação com o antissemitismo e em particular a retórica anti-judaica em relação ao líder da oposição, Henrique Capriles Radonski, um católico de origem judia polaca.No geral, contudo, as tensões aliviaram desde os violentos ataques à Nunciatura Apostólica em 2008 e 2009, e esta melhoria teve continuidade após a morte de Chávez em Março de 2013.;

CHILE

- ▶ Disposições legais em relação à liberdade religiosa

Localização

América do Sul

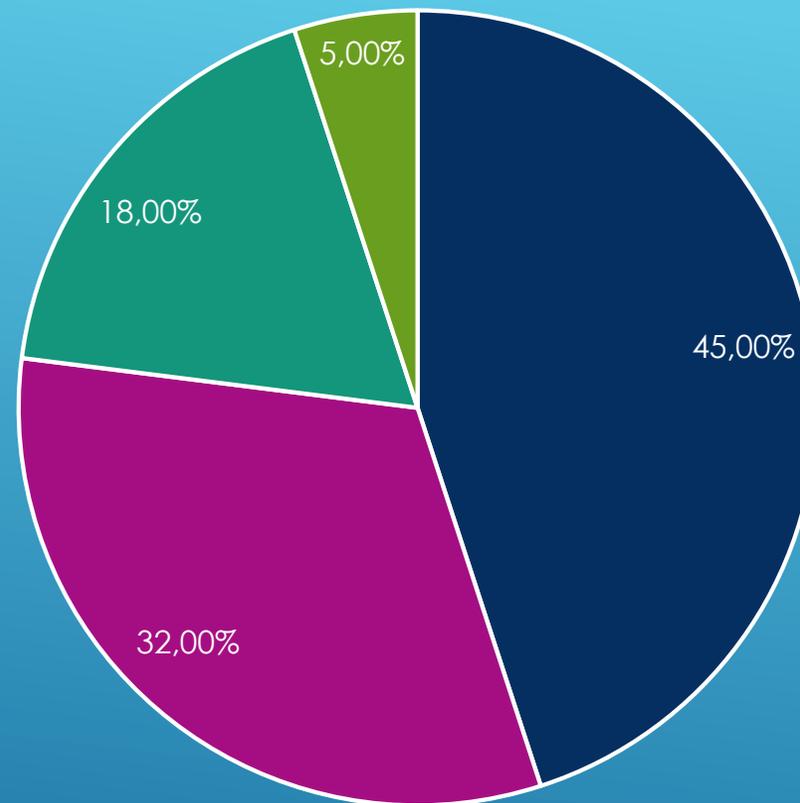


População:
17.574.003

Circunscrições
eclesiásticas:
27

Refugiados:
1.674

Religião no Chile



■ Católicos ■ Sem religião ■ Protestantes ■ Outras religiões

Fontes: Encuesta Nacional Bicentenario (2019) Universidad Católica.
Instituto Nacional de Estadísticas (dezembro de 2017) - Chile

▶ Tanto a dimensão privada como pública da liberdade religiosa é expressa no reconhecimento constitucional da Igreja Católica como tendo estatuto jurídico público, bem como ao permitir que outras organizações sejam formadas com base na lei comum ou recorrendo à lei de 1999 sobre organizações religiosas.

▶ As instituições religiosas que escolherem esta última opção serão reconhecidas como tendo estatuto jurídico público e graças a este reconhecimento gozam, entre outros benefícios, de isenções fiscais, de proteção dos seus ministros religiosos e de facilidade de prestação de cuidados pastorais nas prisões, nos hospitais e entre as forças armadas. A educação religiosa é disponibilizada pelo Estado e pelas escolas oficialmente reconhecidas no país, de acordo com o número de alunos que a solicitem.

▶ As iniciativas destinadas a legalizar as uniões de facto entre casais heterossexuais e homossexuais, e o debate contínuo sobre o aborto resultaram num intenso debate na sociedade civil, com as comunidades cristãs católicas e não católicas a adotarem uma posição muito crítica em relação a estes projetos – tal como expressado numa carta coletiva enviada ao presidente da república e aos membros das comissões legislativa e judicial.

▶ Em agosto de 2017, o Congresso aprovou o aborto nas situações de inviabilidade do feto, estupro ou risco de morte para a mãe.

▶ O Tribunal Constitucional chileno rejeitou os recursos oferecidos por parlamentares conservadores, que alegavam que o projeto de lei atentava diretamente contra a Constituição, que consagra o direito à vida. A decisão se manteve, por 6 votos à 4.

BOLÍVIA

- ▶ Disposições legais em relação à liberdade religiosa

Localização

América do Sul

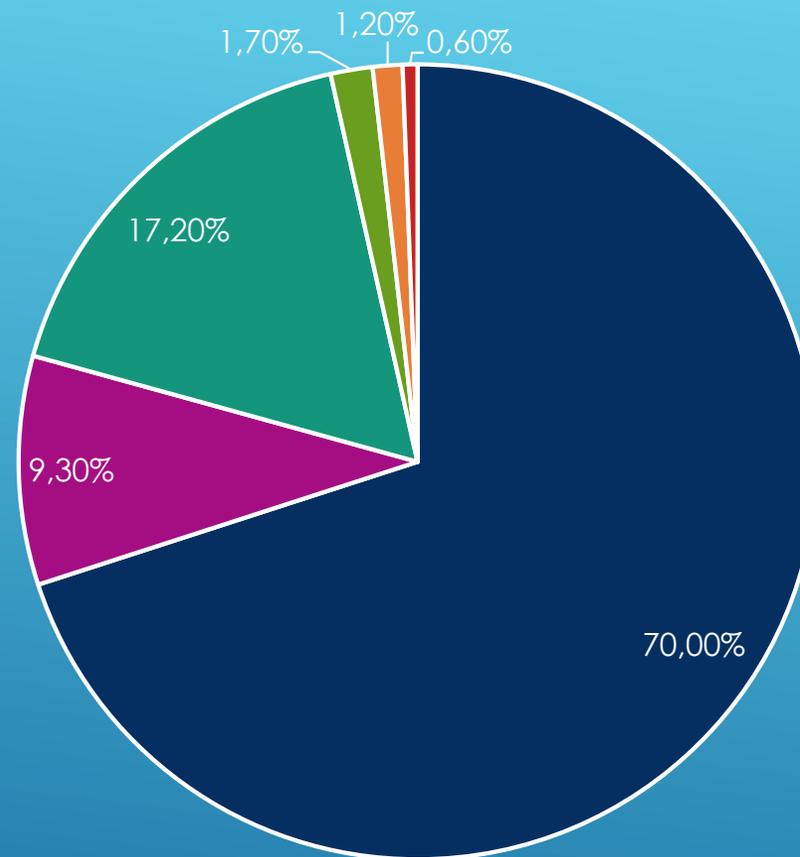


População:
11.501.900

Circunscrições
eclesiásticas:
18

Refugiados:
739

Religião na Bolívia



□ Católicos ■ Sem religião ■ Protestantes ■ Testemunha de Jeová ■ Outras religiões ■ NC/NR

Fontes: Latinobarómetro 2018.
Instituto Nacional de Estadística (INE) Bolívia 2019

▶ A Constituição descreve a Bolívia como um «Estado unitário social de direito comunitário plurinacional», fundado na pluralidade e no pluralismo político, económico, jurídico, cultural e linguístico. Dentro deste quadro, a Constituição respeita e garante a liberdade religiosa e de crenças espirituais. Contudo, o Estado é independente de todas as religiões.

▶ Em Março de 2013, o Governo promulgou uma nova lei, a Lei 351, que rege o procedimento para aquisição de personalidade jurídica corporativa para ONG e também para igrejas e grupos religiosos, ou grupos com crenças espirituais, que não tenham natureza comercial.

▶ O procedimento de registo formal é complexo e difícil, e as organizações em causa podem perder o seu estatuto legal se não cumprirem todos os requisitos legais necessários, ou se exercerem outras atividades que não as indicadas nos seus estatutos.

AÇÕES GOVERNAMENTAIS E OUTROS INCIDENTES DURANTE O PERÍODO EM ANÁLISE

► No chamado «Estado plurinacional» da Bolívia, os conflitos relacionados com a liberdade religiosa também afetaram algumas populações de índios autóctones. Neste espírito, eles reivindicaram terras ancestrais ou outras áreas que, por razões espirituais, acreditam que não devem ser sujeitas a exploração comercial.;

► Em Julho de 2012, o secretário-geral da Conferência Episcopal Católica Boliviana publicou um comunicado no qual condenou atos de violência cometidos contra povos indígenas (raptos e confrontos no município de Mallku Khuta) e as ações repressivas da polícia contra os manifestantes e os ativistas no conflito TIPNIS. O comunicado apela ao diálogo e ao respeito pela dignidade humana.;

► No recenseamento recente, em Novembro de 2012, a questão relativa à filiação religiosa foi retirada pela primeira vez. A ministra do Planeamento e Desenvolvimento, Viviana Caro, procurou justificar esta decisão por parte do Governo com base no facto de a Bolívia ser «um Estado secular». «Não existe religião oficial e há liberdade religiosa», acrescentou. Contudo, um porta-voz da Igreja Católica referiu que o Governo retirou um dos instrumentos mais importantes para compreender as características religiosas do povo Boliviano.

► No final de 2013, a Igreja Católica reiterou a sua preocupação com o crescente número de roubos de igrejas e santuários religiosos e apelou uma vez mais a que se retomassem e intensificassem as investigações por parte das autoridades para encontrar os responsáveis e repor o extremamente importante património religioso, histórico e cultural da nação. A declaração também expressou a indignação da Igreja perante as acusações sem fundamento do presidente Evo Morales que, no dia anterior, tinha acusado «alguns dos bispos» de serem responsáveis pelos roubos de igrejas em Potosí e Copacabana.;

► Como consequência das mudanças na legislação em relação ao registo das comunidades religiosas, alguns grupos preferiram evitar o registo oficial e funcionar de maneira informal. Em Setembro de 2013, alguns grupos protestantes também se manifestaram em diversas cidades contra o novo procedimento, que veem como um ataque à liberdade religiosa, pois sujeita as Igrejas ao controlo estatal e obriga-as a pagar impostos. O enquadramento da lei implica a obrigação de exercerem as suas atividades «en el horizonte del Vivir Bien» («no contexto do Viver Bem»), impondo assim a visão cosmológica da espiritualidade andina indígena, alheia às suas crenças cristãs.;

► O ex-presidente Evo Morales reuniu durante o ano de 2013 com os líderes da Associação de Igrejas Reformadas e participou nas suas cerimónias pascais. De acordo com o Departamento de Estado Norte-Americano, «ele elogiou a Constituição por garantir a liberdade religiosa e direitos iguais para os membros de todos os grupos religiosos».;

URUGUAI

- ▶ Disposições legais em relação à liberdade religiosa

Localização

América do Sul

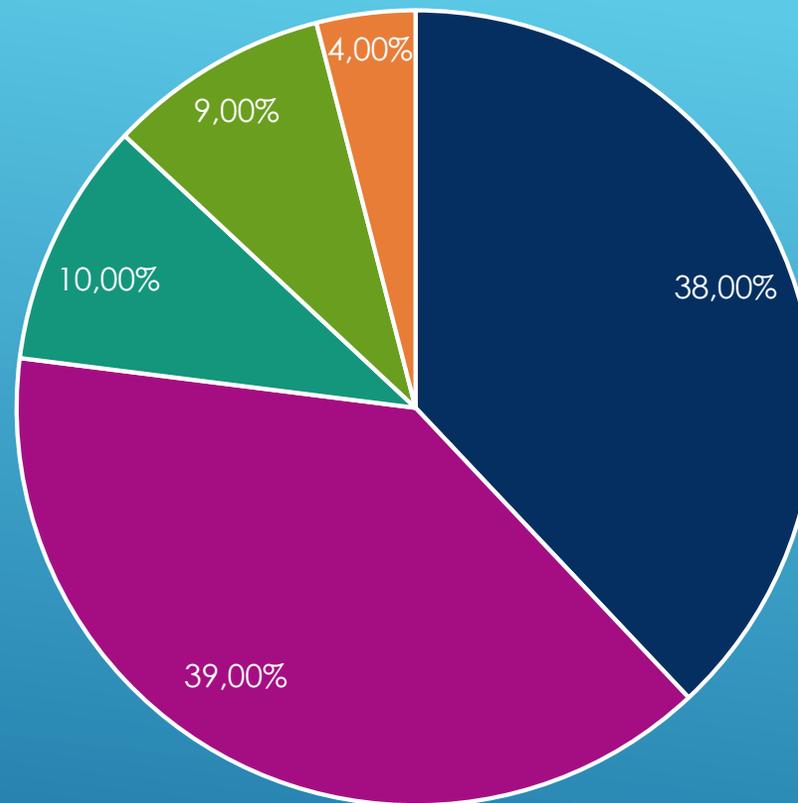


População:
3.449.157

Circunscrições
eclesiásticas:
10

Refugiados:
203

Religião no Uruguai



■ Católicos ■ Sem religião ■ Protestantes ■ Outras religiões ■ NC/NR

Fontes: Opción Consultores (2019).
Banco Mundial (2018).

▶ A Constituição afirma que todos os grupos religiosos são livres e que o Estado não apoia nenhuma religião. A discriminação por motivos religiosos é proibida. O Governo reconhece a jurisdição da Igreja Católica sobre todas as suas igrejas e isenta os edifícios religiosos de todas as religiões de pagarem imposto sobre imóveis.

▶ O Código Penal proíbe os maus-tratos a grupos étnicos, religiosos e outros grupos minoritários.

▶ A instrução religiosa é proibida nas escolas públicas, mas os alunos dos grupos religiosos minoritários estão autorizados a ausentarem-se da escola para celebrarem as suas festas religiosas.

▶ Os trabalhadores muçulmanos podem obter um cartão de identidade opcional que certifica a sua filiação religiosa e que os autoriza a saírem mais cedo do trabalho às sextas-feiras.

► Em Setembro/Octubre de 2012, por uma margem de um único voto, numa decisão que dividiu o país, o Parlamento uruguaio descriminalizou o aborto durante as primeiras doze semanas de gravidez. A nova lei afirma que «a interrupção (sic) da gravidez não vai ser penalizada» e os antigos artigos do Código Penal «não serão aplicáveis», «desde que a mulher cumpra com os requisitos dos artigos que se seguem e que o procedimento seja realizado antes da 12.ª semana de gravidez». Em Janeiro de 2013, em resposta a esta medida, representantes dos médicos emitiram uma declaração exigindo respeito pelo seu direito de objecção de consciência.

► Pesquisa realizada entre dezembro de 2013 e novembro de 2014, depois da legalização do aborto, os seus casos aumentaram 20% em valores absolutos, enquanto o índice de desistência relativa caiu em 30%.

► Desde a aprovação da Lei de Interrupção da Gravidez em dezembro de 2012, foram realizados 6.676 abortos seguros (números absolutamente desatualizados). 50 mulheres tiveram complicações leves, e nenhuma mulher faleceu. O único caso de morte relacionada ao aborto registrada no período foi de uma mulher que realizou o aborto em uma clínica ilegal e já chegou ao hospital em estado grave.

Fonte: Relatório Anual Ministério da Saúde – Uruguai 2015

COLÔMBIA

- ▶ Disposições legais em relação à liberdade religiosa

Localização

América do Sul

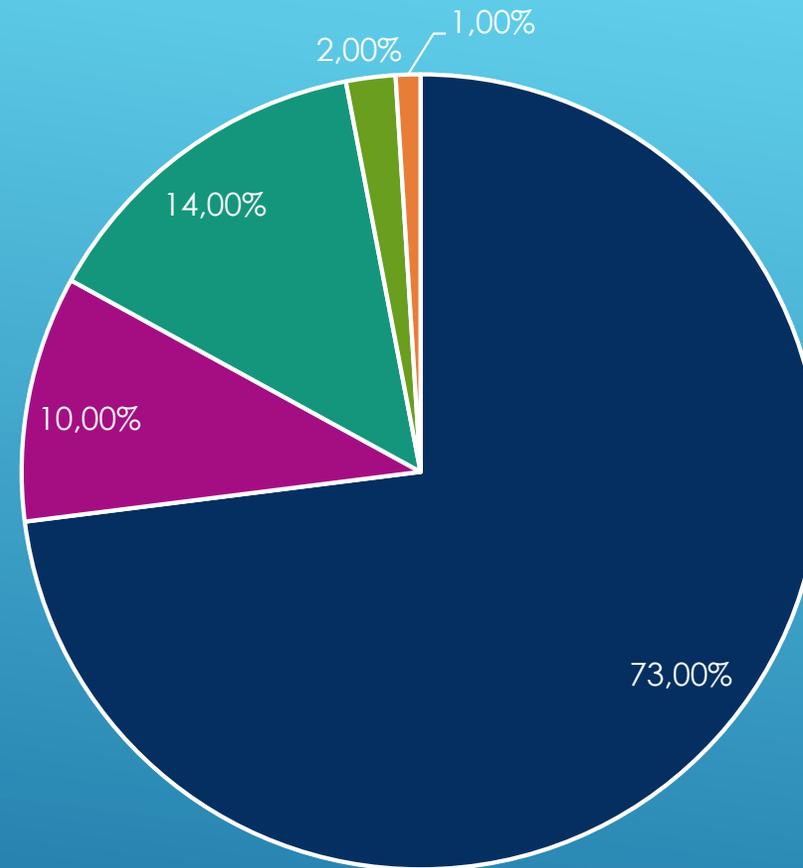


População:
49.655.252

Circunscrições
eclesiásticas:
75

Refugiados:
223

Religião na Colômbia



■ Católicos ■ Sem religião ■ Protestantes ■ Outras religiões ■ NC/NR

Fontes: Latinobarometro (2018).
Banco Mundial (2018).

► A Constituição colombiana garante a liberdade de consciência e revela claramente que o Estado não tem qualquer religião oficial, mas ao mesmo tempo não se define como um Estado «ateu» ou «agnóstico». Como consequência, nenhuma pessoa pode ser discriminada com base nas suas convicções, nem obrigada a revelá-las, ou a agir contra a sua consciência. A Constituição também garante a liberdade de expressão religiosa, de acordo com a qual cada pessoa tem direito a professar a própria religião e a promovê-la, seja individualmente ou com outros. Ao mesmo tempo, fica também claro que todas as confissões religiosas são iguais perante a lei.

► As relações com a Igreja Católica são governadas por uma Concordata de 1973 assinada com o Vaticano. As relações com outras religiões reconhecidas são governadas por um acordo de direito público de 1977. O Ministério do Interior é responsável por dar reconhecimento oficial às Igrejas e a outros grupos religiosos. Uma vez reconhecidas, estas entidades podem então conceder o estatuto de filiado ou «reconhecimento público alargado» a outros grupos com as mesmas crenças. O registo é um processo longo mas não difícil, sendo o único requisito uma candidatura formal e informação básica sobre o grupo.

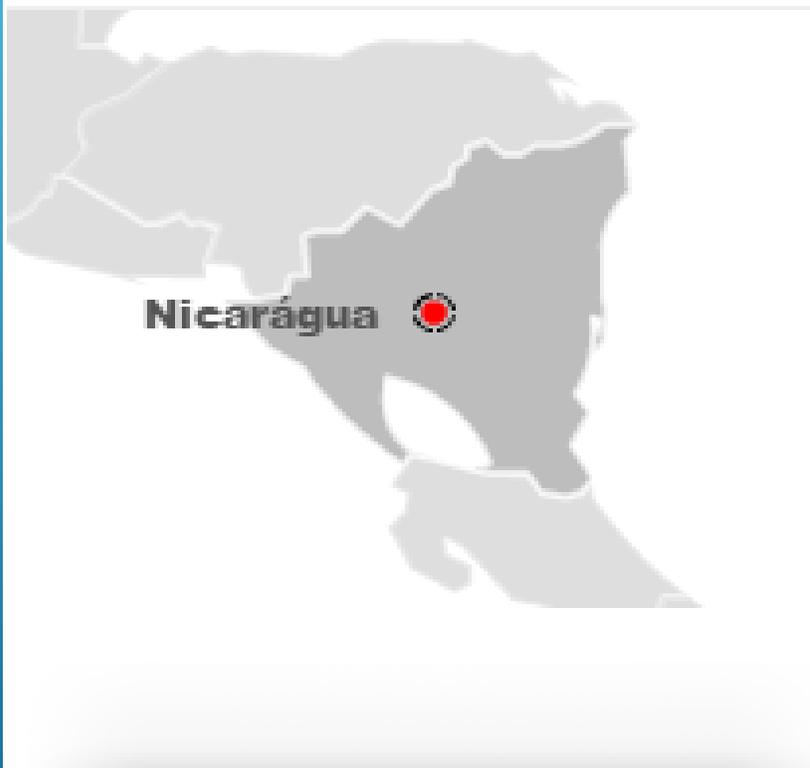
► Em Abril de 2013, a autoridade sanitária colombiana emitiu uma circular relativa ao aborto, que (após uma decisão altamente controversa do Supremo Tribunal) tinha sido legalizado – ou melhor, descriminalizado – em Maio de 2006, em três circunstâncias específicas: quando a vida da mãe está em perigo, quando há deformações congénitas incompatíveis com a vida e em caso de violação. Agindo supostamente com base na Constituição, em tratados internacionais e em sentenças do tribunal constitucional, a circular instruía todos os profissionais de saúde, tanto públicos como privados, laicos ou confessionais, a tomarem as medidas necessárias para prestar este «serviço» às mulheres nas circunstâncias acima referidas.

NICARÁGUA

- ▶ Disposições legais em relação à liberdade religiosa

Localização

América Central

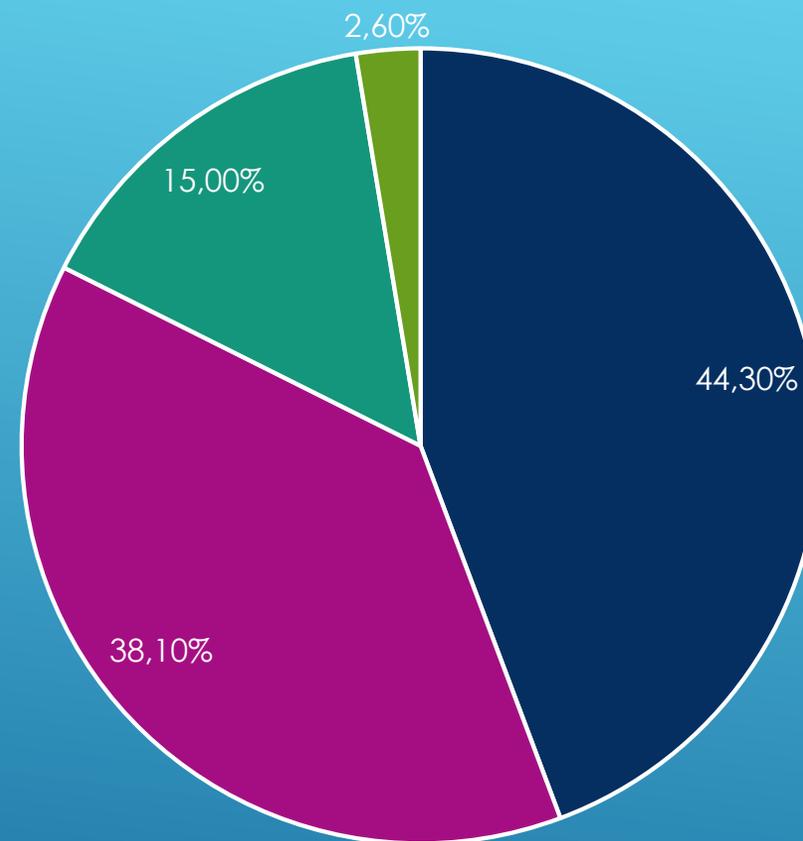


População:
6.466.423

Circunscrições
eclesiásticas:
8

Refugiados:
172

Religião na Nicarágua



□ Católicos □ Protestantes □ Sem religião □ Outras religiões

Fontes: ONU 2016
Latinobarómetro 2018.

▶ A Constituição garante a cada indivíduo o direito à liberdade de consciência e pensamento, e o direito a não professar nenhuma religião. Da mesma forma, afirma que nenhuma pessoa pode ser objeto de medidas coercivas destinadas a circunscrever os direitos do indivíduo, nem pode ser obrigada a declarar o seu credo. A Constituição também proíbe a discriminação por razões religiosas.

▶ O Governo requer o registo dos grupos religiosos, tal como o requer para as ONG. A Assembleia Nacional é responsável por aprovar os pedidos de registo dos grupos religiosos, que devem registar-se no ministério governamental sob a forma de associação ou fundação.

► Desde 2012, ano que marcou o aniversário da criação da córdoba como a moeda oficial da Nicarágua, que foi cunhada uma moeda de cinco córdobas, segundo ordens governamentais, sem a tradicional frase «En Dios confiamos» (Em Deus confiamos). Em vez destas, a moeda inclui as palavras 'Centenário da córdoba' .;

▶ Em Julho de 2013, os líderes católicos e de outras religiões estavam profundamente preocupados com a forma como o presidente Ortega estava a explorar os símbolos e a imagética religiosa para fins políticos, descrevendo a Nicarágua nas suas campanhas políticas como 'cristã, socialista e solidária'. Ortega e a sua mulher Rosario fizeram discursos nos quais misturaram linguagem revolucionária com alusões religiosas e místicas. Além disso, por ocasião da comemoração do 34.º aniversário da revolução sandinista, esteve também destacadamente em exibição o antigo opositor implacável de Ortega, o agora emérito Cardeal Miguel Obando y Bravo.

▶ Os líderes católicos e protestantes queixaram-se do uso continuado por parte do Governo da retórica e dos símbolos cristãos, num esforço para influenciar as pessoas.

▶ Os líderes católicos e protestantes também relataram que o Governo estava a usar pressão financeira para exercer influência política, nomeadamente a tática de conceder e retirar apoio financeiro a grupos religiosos específicos, conforme a sua filiação política. Os representantes católicos também relataram que o Governo tinha retido subsídios a escolas católicas desfavorecidas

▶ Por mais de um século (desde 1893), o aborto foi permitido na Nicarágua caso três ou mais médicos determinassem que a vida da mãe corria risco ou caso a gravidez fosse resultado de estupro ou incesto.

▶ Em 2006 foi aprovada uma lei que penaliza o aborto, sem prever nenhuma exceção, provocando o procedimento em clínicas clandestinas.

▶ De acordo com a Human Rights Watch (2017) a proibição total do aborto na Nicarágua está pondo a saúde da vida de mulheres, especialmente jovens.

CUBA

- ▶ Disposições legais em relação à liberdade religiosa

Localização

América Central

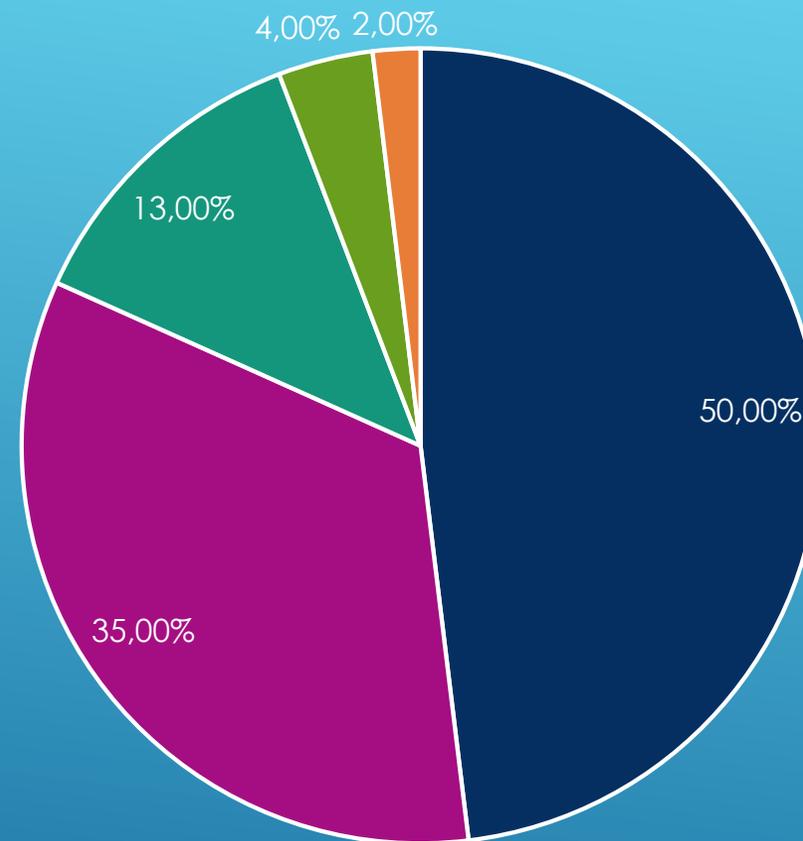


População:
11.167.198

Circunscrições
eclesiásticas:
11

Refugiados:
369

Religião em Cuba



□ Católicos □ Sem religião □ Religião Tradicional Africana □ Protestantes □ Outras religiões

Fontes: «International Religious Freedom Report 2009
Oficina Nacional de Estadística e Información (ONEI) - Cuba

▶ A lei regula as relações entre o Estado e as instituições religiosas. A Lei da Religião e das Associações Religiosas afirma que Cuba é um Estado secular e que o Estado não concede privilégios a qualquer instituição religiosa. As Igrejas são obrigadas a registrar-se junto do Ministério da Justiça no Registro de Associações Religiosas.

▶ Os líderes religiosos não podem exercer cargos políticos.

▶ Membresia ou associação com um grupo não registrado é um crime, com penas que vão desde multas, até entre 1 mês e 1 ano de prisão.⁵

▶ Embora o governo não aplique essas penalidades de modo consistente, grupos não registrados estão sempre em risco de serem visados.

▶ A maioria dos grupos religiosos que existiam antes da Revolução de 1959 mantiveram seu registro oficial e, desse modo, possuem reconhecimento legal.

▶ Não obstante, alguns grupos, tais como as Testemunhas de Jeová e os Batistas Bereanos, tiveram seu registro arbitrariamente revogado por volta dos anos 70, e não receberam permissão de se registrar novamente, tornando-se, portanto, ilegais.

▶ Outros, tais como a Associação Afro-Cubana dos Iorubás Livres, não são registrados porque desejam permanecer independentes do controle e da influência governamentais.

▶ A partir da nova constituição de 2018, segundo relatório da Comissão sobre Liberdade Religiosa Internacional dos Estados Unidos, as proteções para a liberdade de religião e crença em Cuba foram enfraquecidas.

▶ Nos últimos dois anos, a CSW (Christian Solidarity Worldwide) observou um aumento no número de pastores, majoritariamente líderes de longa data de denominações registradas e não-registradas, buscando asilo no exterior.

▶ Com base na informação coletada de líderes religiosos de diferentes grupos, a CSW acredita que a pressão de oficiais do governo sobre líderes religiosos aumentou significativamente em 2018, especialmente desde o lançamento da campanha constitucional.

▶ Em Cuba, o aborto foi legalizado em 1965 e as mulheres são livres para decidir quando ter filhos e quantos serão. O país é considerado um dos mais avançados da região em matéria de planejamento familiar.

▶ A mulher grávida pode abortar até a 10ª semana de gestação sem qualquer justificativa.

▶ O recurso indiscriminado do aborto preocupa os médicos, demógrafos e políticos de Cuba. Em 2006, por exemplo, 67.903 mulheres na faixa dos 12 aos 49 anos se submeteram a pelo menos um aborto, ou seja, de cada 100 mulheres grávidas, 37 abortaram.

▶ O aborto é considerado um problema de saúde pública no país que pretende reduzi-lo.

CONCLUSÕES

▶ A intolerância religiosa está ligada ao medo: medo do outro (encarnado no diferente, na mulher, no trans, no homossexual), da incerteza existencial e do futuro. Pensar nas possibilidades de exercício da liberdade religiosa e na discriminação envolve abordar algumas perguntas mais amplas sobre o sentido dos medos nas sociedades latinoamericanas contemporâneas e sua circulação, e sobre as vivências religiosas e as experiências discriminatórias.

▶ O que significa para as vítimas ser discriminadas religiosamente?

▶ Em que consiste essa violência?

REFERÊNCIAS

- ▶ BÉLIVEAU, Verónica Giménez. CONVIVÊNCIA INTER-RELIGIOSA E DISCRIMINAÇÃO NA ARGENTINA: PERSPECTIVA HISTÓRICA, LEGISLAÇÃO E EXPERIÊNCIAS ATUAIS. 2019
- ▶ LATINOBARÓMETRO 2018.
- ▶ MONTENEGRO, Silvia. El Islam en la Argentina contemporánea: estrategias institucionales y modos de estar en el espacio nacional. *Estudios Sociológicos*, v. 32, n. 96, 2014, p. 593-617. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/24368229>>.
- ▶ WEISZ, Martina L. Argentina durante la dictadura de 1976-1983: antisemitismo, autoritarismo y política internacional. *Revista Índice*, ano 37, n. 24, 2007.